



Comissão  
Europeia



*Educação e formação 2020 – Política educativa*

## **Estruturar perspetivas de carreira no ensino**

Guia sobre as políticas de melhoria da  
Formação inicial dos docentes

***Síntese***

**COMISSÃO EUROPEIA**

Direção-Geral da Educação e Cultura

Direção B — Modernização da educação II: Política e programa educativos, Inovação, IEIT e MSCA

Unidade B.2 — Estabelecimentos de ensino e educadores; multilinguismo

*Contacto:* Thomas Pritzkow

*E-mail:* [EAC-UNITE-B2@ec.europa.eu@ec.europa.eu](mailto:EAC-UNITE-B2@ec.europa.eu@ec.europa.eu)

*Comissão Europeia*

*B-1049 Bruxelas*

*Orientar e apoiar a aprendizagem dos alunos exige que cada professor siga um percurso profissional, social e pessoal que implica um desenvolvimento profissional ao longo da carreira integrado em ambientes de aprendizagem colaborativos.*

*A Formação inicial dos docentes estabelece a base e determina a direção desse percurso.*

*Os governos nacionais, regionais e locais e as partes interessadas têm uma responsabilidade partilhada no sentido de promover e sustentar esta missão em colaboração próxima uns com os outros.*

Grupo de trabalho para a política escolar ET 2020  
Fevereiro de 2014 – outubro de 2015

***O Europe Direct é um serviço que responde às suas perguntas sobre a União Europeia.***

**Número de telefone gratuito (\*):**

**00 800 6 7 8 9 10 11**

(\*) As informações prestadas são gratuitas, tal como a maior parte das chamadas (embora alguns operadores, cabines telefónicas ou hotéis possam cobrá-las).

Encontram-se disponíveis mais informações sobre a União Europeia na Internet (<http://europa.eu>).

© União Europeia, 2015  
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

## Síntese

### 1. A necessidade urgente de melhorar a Formação inicial dos docentes (FID)

Os sistemas de ensino são complexos e a sua governação nunca foi fácil. A crescer a esta complexidade estão alterações recentes, nomeadamente a descentralização dos sistemas e o reconhecimento adicional do papel da educação nos valores sociais, no desempenho económico e no desenvolvimento pessoal. Os papéis e as responsabilidades de autoridades públicas, estabelecimentos de ensino, instituições de ensino superior e outras entidades estão a mudar, impondo novas exigências aos sistemas de ensino para se adaptarem às necessidades cambiantes da sociedade e da economia.

Neste contexto, a Formação inicial dos docentes tornou-se um domínio de políticas fundamental e em destaque, pelo que cada vez mais os governos estão a centrar as atenções no desenvolvimento de políticas que assegurem e aumentem a sua qualidade. Os debates sobre o futuro da educação questionam muitas vezes as pedagogias atuais e apelam a uma mudança profunda de salas de aula isoladas para novos métodos baseados numa ampla colaboração. Estas abordagens exigem mudanças no sentido de um enfoque legítimo e sistemático na formação dos docentes. Além disso, quando o ensino é considerado simplesmente como uma função estática, os incentivos à aprendizagem profissional são limitados. Nestes contextos, é pouco provável que o ensino seja aliciante para candidatos ambiciosos e de alto calibre, o que está a tornar-se uma problemática significativa para um número cada vez maior de sistemas de ensino.

A Formação inicial dos docentes constitui um domínio fundamental de apoio à transição para novas culturas de trabalho e ao estabelecimento de bases para que as capacidades dos docentes se adaptem a contextos e conjunturas em mutação. A FID está na posição ideal para desempenhar um papel fundamental na concretização de dois objetivos-chave: melhorar o desenvolvimento das práticas de ensino e atrair candidatos de qualidade superior para a profissão docente.

Para possibilitar estas mudanças, são necessárias políticas de formação de professores sólidas mas flexíveis, baseadas em diálogos próximos e interações entre as partes interessadas. Na maioria dos países europeus, a Formação inicial dos docentes foi confiada a instituições de ensino superior com regulamentação e supervisão governamentais. Embora na maioria dos países as autoridades de ensino já estejam envolvidas em alguma forma de diálogo e cooperação com os fornecedores de FID e a comunidade de investigação, existe um número significativamente menor em deliberações com outros órgãos e organizações, incluindo municípios, estabelecimentos de ensino e docentes (sindicatos e associações profissionais). Isto dificulta a possibilidade de criar uma abordagem abrangente para o desenvolvimento do docente, o que, por sua vez, pode ter um impacto negativo no aliciante global da profissão.

São necessárias medidas de políticas direcionadas para poder reforçar: (i) o papel da Formação inicial dos docentes na mudança das culturas e práticas de trabalho, (ii) a respetiva posição no âmbito mais vasto das políticas de formação dos docentes de forma a criar incentivos para o desenvolvimento profissional e (iii) a sua governação pelo reconhecimento de novas estruturas de participação e novas responsabilidades das partes interessadas.

O objetivo principal deste Guia é o de apoiar esses esforços ao reunir e capitalizar as práticas atuais, a investigação e o conhecimento e aconselhamento dos especialistas.

## 2. Princípios fundamentais

Conforme descrito neste Guia, a transformação ou modernização da Formação (inicial) dos docentes pode ser alcançada por meio de uma série de medidas de políticas direcionadas. O Grupo de trabalho para as políticas escolares acordou um conjunto de princípios de apoio ao desenvolvimento dessas medidas ao refletir no contexto mais vasto das políticas e realçar o trabalho realizado.

1. As políticas de ensino devem basear-se na compreensão da profissão docente e no desenvolvimento profissional dos docentes como um processo contínuo coerente com várias perspetivas interligadas, que incluem as necessidades de aprendizagem dos docentes, as estruturas de apoio, as estruturas de emprego e carreira, os níveis de competências e a cultura escolar local.
2. As possibilidades aliciantes de desenvolvimento profissional e diversificação das carreiras devem ser elementos importantes nessas abordagens.
3. Os docentes devem ter a capacidade de desenvolver e manter uma mentalidade e uma abordagem prática baseadas na reflexão e na investigação e orientadas para o desenvolvimento profissional contínuo.
4. A Formação inicial dos docentes precisa de ser encarada como um ponto de partida para este processo contínuo de desenvolvimento profissional, pois estabelece as bases para essa mentalidade e abordagem.
5. Os dirigentes escolares e os fornecedores de Desenvolvimento profissional contínuo (incluindo os fornecedores de Formação inicial dos docentes) têm um papel fundamental na criação de oportunidades e ambientes que favoreçam o desenvolvimento profissional orientado para a prática e baseado na investigação, o qual reforçará a aptidão (a capacidade de ação) dos docentes no sentido de um ensino orientado para o aprendente e para a inovação.
6. O profissionalismo dos docentes, formadores de docentes e dirigentes na educação deve incorporar práticas colaborativas e uma cultura colaborativa. Ambas deverão, como tal, promover o conteúdo e o processo da Formação inicial dos docentes. Deve ser dada especial atenção à liderança das práticas colaborativas.
7. A abertura de estabelecimentos de ensino e instituições de Formação inicial dos docentes deve ser apoiada para que possam beneficiar da participação em redes, em comunidades de aprendizagem profissional e noutras parcerias. As medidas da política devem permitir tais ambientes de aprendizagem colaborativos, com flexibilidade para permitir diferentes contextos.
8. A governação da Formação inicial dos docentes deve basear-se em abordagens colaborativas que envolvam todas as partes interessadas (incluindo os fornecedores de Formação inicial dos docentes e Desenvolvimento profissional contínuo, os organismos e associações profissionais e os parceiros sociais) nos processos de tomada de decisões, orientação e acompanhamento.
9. Os governos e todas as partes interessadas devem assumir a responsabilidade pelo sistema (ou por partes do mesmo) e empenhar-se no diálogo e na cooperação. Isto implica, quando necessário, o desenvolvimento da capacidade das partes interessadas para assumirem responsabilidades dentro do sistema.

10. O ciclo de governação precisa de criar um equilíbrio entre os processos de tomada de decisões, orientação e acompanhamento e de se concentrar na coerência interna e em políticas sustentáveis, nomeadamente, utilizando eficazmente os dados de acompanhamento dos processos e os resultados das medidas das políticas.

### 3. Medidas das políticas sugeridas

#### O processo contínuo

É necessário encarar a profissão docente como um processo contínuo integrado, que reúne cinco perspetivas interrelacionadas: abordar as necessidades de aprendizagem dos docentes, os sistemas de apoio, os percursos profissionais, a organização dos níveis de competências e o impacto da cultura escolar. O principal desafio dos decisores políticos consiste em assegurar a continuidade e a coerência de cada um destes elementos e em estabelecer interligações entre eles.

Neste contexto, a Formação inicial dos docentes deve ser considerada a primeira parte de um processo dinâmico de maior extensão, e não uma fase autónoma e completa. O seu êxito dependerá igualmente de mecanismos que permitam a interação com as etapas posteriores de desenvolvimento do docente e da sua postura no âmbito das políticas mais alargadas que afetam os estabelecimentos de ensino e os docentes.

*Reforçar o processo contínuo de formação dos docentes pela ligação das diferentes fases*

- As políticas podem estimular e incentivar o crescimento profissional quando reforçam a interligação das diferentes fases do desenvolvimento profissional dos docentes: Formação inicial dos docentes e Desenvolvimento profissional contínuo (DPC) e induzido.<sup>1</sup>

*Pode implicar o reconhecimento oficial das diferentes fases e das mudanças no estatuto, incluindo uma fase de indução obrigatória com mentores qualificados.*

*Alcançar a continuidade através de parcerias institucionais*

- Não devem existir quaisquer clivagens, mas sim transições e ligações harmoniosas entre a Formação inicial dos docentes e o Desenvolvimento profissional contínuo, bem como entre a formação antes e durante a prática dos formadores de docentes, uma vez que isto criará a continuidade que é importante para o desenvolvimento de um docente. A medida da política deve criar incentivos e fornecer recursos dedicados para apoiar uma diversidade de parcerias entre as instituições de formação de docentes e os estabelecimentos de ensino.

*Compreensão e responsabilização partilhadas através de níveis de competências*

- Um quadro de competências coerente que identifique diferentes níveis de competências ao longo do processo contínuo apoia solidamente o desenvolvimento de um docente ao longo da sua carreira. Através destes quadros de competências, as políticas podem criar uma compreensão e responsabilização partilhadas, bem

<sup>1</sup> As medidas das políticas sugeridas são seguidas de exemplos (*em itálico*) de possíveis medidas, sendo adicionalmente ilustradas nos capítulos do Guia.

coerentes

como uma linguagem comum entre as partes interessadas e entre as diferentes fases do processo contínuo.

*O desenvolvimento destes quadros pode ser delegado a organismos nacionais de docentes ou providenciado num processo iterativo que implique uma grande variedade de partes interessadas envolvidas em diferentes etapas da formação dos docentes.*

*Criar uma oferta equilibrada de DPC com impacto significativo*

- De forma a melhorar a oferta e o impacto do Desenvolvimento profissional contínuo (DPC) durante todo o processo contínuo, as atividades devem ser iniciadas pelo docente e inspiradas por expectativas e requisitos a diferentes níveis, incluindo os do estabelecimento e do sistema de ensino. As iniciativas obrigatórias e não obrigatórias podem ser identificadas e implementadas por várias partes interessadas, incluindo a administração central, as autoridades locais, os estabelecimentos de ensino e os docentes.

*Políticas suplementares para a Formação inicial dos docentes e o Desenvolvimento profissional contínuo podem reencaminhar recursos para apoiar áreas específicas com necessidades atuais ou baixo desempenho no ensino escolar.*

*Responsabilidade do docente: aprendizagem autodirecionada para as suas próprias necessidades*

- A fim de garantir que se mantém uma prática de elevada qualidade, os docentes precisam de ter a capacidade e a aptidão de avaliar as suas próprias necessidades de aprendizagem e de autodirecionar a sua aprendizagem. Os programas curriculares de FID podem conter objetivos explícitos para que os docentes identifiquem e avaliem as suas próprias necessidades de Desenvolvimento profissional contínuo.

*Reconhecer uma variedade de oportunidades de desenvolvimento profissional*

- Políticas que visam estimular o desenvolvimento do docente ao longo do processo contínuo necessário para reconhecer a aprendizagem formal e não formal como meios válidos e eficazes de desenvolvimento profissional. Isto inclui a promoção da aprendizagem em grupo, atividades experimentais e o intercâmbio de experiências entre os docentes.

*Juntamente com programas de FID credenciados ou com cursos formais que permitam e reconheçam oficialmente a aprendizagem contínua, as medidas podem incluir redes nacionais ou iniciativas com representantes locais que estimulem o envolvimento dos docentes em projetos informais de investigação e a partilha de boas práticas.*

*Melhorar a prática através de ligações à investigação*

De modo a obterem uma força de trabalho de ensino criativa e reflexiva, as políticas e as medidas devem incentivar os docentes em formação e os professores a utilizarem e envolverem-se em novas investigações na sua aprendizagem e vida prática. Enquanto a Formação



inicial dos docentes estabelece a bases para o efeito, as medidas das políticas devem promover culturas inovadoras nos estabelecimentos de ensino e assegurar que têm vínculos com universidades e outras organizações que apoiem o desenvolvimento baseado na investigação das práticas de ensino.

*Estabelecer a ligação entre o desenvolvimento do docente e a melhoria do estabelecimento de ensino*

- As atividades de desenvolvimento profissional e as políticas de recursos humanos, quando são organizadas ao nível do estabelecimento de ensino, devem estar ligadas à agenda global do estabelecimento de ensino para fortalecer o impacto das três.

*No seu diálogo com os docentes, os profissionais de RH e os dirigentes escolares podem considerar como ligar as metas de melhoria do estabelecimento de ensino ao Desenvolvimento profissional contínuo e aos procedimentos de avaliação dos docentes.*

*Reconhecimento de percursos profissionais flexíveis e de múltiplas funções*

- De modo a apoiar o desenvolvimento dos docentes e a flexibilidade dos seus percursos profissionais, os decisores políticos devem encontrar formas de reconhecer a variedade de pontos de acesso e funções e criar políticas inclusivas que valorizem e certifiquem diferentes competências e experiências.

*Por exemplo, os programas de FID e os cursos de DPC certificados podem incidir em funções de ensino específicas (por exemplo, conselheiro, especialista digital, formador de docentes do estabelecimento de ensino, dirigente do corpo docente) que podem apoiar adicionalmente o acesso à fase intermédia da carreira ou o afastamento da profissão docente.*

## **Aprendizagem colaborativa**

Embora a colaboração seja uma expectativa importante e generalizada junto dos docentes na Europa, uma parte significativa nunca experimentou a aprendizagem colaborativa. A sua promoção implica mudanças na prática, na mentalidade e no desenvolvimento de novas culturas e ambientes de trabalho. A construção de boas relações e parcerias para apoiar uma introdução mais alargada da colaboração é um dos principais desafios. Pode exigir mudanças profundas: é necessário que a colaboração se enquadre no contexto do sistema de ensino e na finalidade de alcançar metas de aprendizagem específicas.

Os decisores políticos, os dirigentes educativos e todas as partes interessadas relevantes, incluindo os parceiros sociais, devem contribuir para as pré-condições necessárias para uma cultura de trabalho colaborativa através da criação e do reforço da confiança mútua. Esta é uma pré-condição para assegurar a eficácia de medidas específicas e, sobretudo, para o planeamento de adaptações ao nível do sistema.

*Do isolamento à cultura de trabalho colaborativa*

- Todas as partes interessadas relevantes devem promover formas colaborativas de ensino e aprendizagem de modo a torná-las uma prática profissional quotidiana e generalizada entre os docentes, formadores de docentes e dirigentes educativos.

*As medidas podem estimular a reflexão e o diálogo profissional contínuo sobre as características e a eficácia das diferentes práticas, não apenas dentro dos estabelecimentos de ensino, mas entre as instituições e em todo o sistema.*

*Desenvolver atitudes colaborativas em programas de FID*

- A fim de preparar os futuros docentes para a colaboração, os decisores políticos e as partes interessadas devem certificar-se de que os programas de FID desenvolvem atitudes positivas para com o diálogo profissional, a partilha, o pensamento crítico colaborativo e a aprendizagem entre pares. Os formadores de docentes que trabalhem na Formação inicial dos docentes e ao longo do processo contínuo devem eles mesmos exemplificar a colaboração ao ministrarem a formação aos (futuros) docentes.

*Incentivar e apoiar a colaboração entre instituições*

- Ao projetar uma nova estrutura organizativa ou institucional, deve ser dada a prioridade a soluções que favoreçam a colaboração dentro da instituição em si e entre as instituições (ao mesmo nível e em todos os níveis de ensino), bem como entre as instituições de ensino e a comunidade local.

*O apoio às medidas para a Formação inicial dos docentes pode incluir a criação de redes ou grupos, ou incentivos, tais como créditos ou prémios.*

*Autonomia e apoio para a colaboração local*

- Os melhores ambientes de aprendizagem colaborativa são os que estão adaptados ao contexto local e são aceites e acompanhados pelos parceiros locais.

*Os decisores políticos podem garantir que os dirigentes escolares têm a liberdade e o apoio para estabelecerem e manterem uma cooperação próxima com os parceiros sociais, as instituições e organizações na comunidade local, outros estabelecimentos e outras instituições de ensino.*

*Apoiar a investigação ativa como forma de colaboração*

- A investigação ativa pode destinar-se a encontrar uma solução válida para um desafio na prática da sala de aula. Deve ser promovida pelas partes interessadas como um meio de reforçar os ambientes de aprendizagem colaborativos intra e entre estabelecimentos de ensino, bem como com os fornecedores de Formação inicial dos docentes.

*Investimento adequado e rentável*

- Normalmente, iniciar e manter o trabalho colaborativo na formação do docente requer investimento e, por conseguinte, as partes interessadas devem disponibilizar tempo e recursos adequados e evitar acordos financeiros que estejam ligados apenas a sucessos individuais.

*Esta disposição pode ser particularmente importante para incentivar a cooperação entre estabelecimentos de ensino em zonas desfavorecidas.*

*Apoiar a colaboração em rede entre*

- As partes interessadas devem assegurar que existe igualdade na colaboração direta em rede entre os profissionais docentes como base para a colaboração e a

*os docentes* continuação dos esforços no sentido de uma prática de ensino de elevada qualidade.

*Isto pode ser alcançado não só através de redes de estabelecimentos de ensino inovadores e de fornecedores de FID, mas também através de plataformas online que ofereçam cursos de e-learning e da partilha de recursos.*

*Formação para todos os docentes em liderança colaborativa*

- A aprendizagem colaborativa eficaz é, em parte, facilitada por uma liderança colaborativa – ou «distribuída» – que envolva os docentes. As medidas de inclusão da liderança na formação do docente devem ser extensivas a todos os docentes.

*As medidas podem incluir programas de liderança sediados no estabelecimento de ensino ou externos que tirem partido das competências dos líderes existentes e impliquem trabalho de equipa e a preparação de profissionais para liderar práticas colaborativas.*

*Partilha de boas práticas para promover abordagens colaborativas na FID*

- De forma a apoiar o desenvolvimento futuro da Formação inicial dos docentes, deve existir uma partilha mútua entre os decisores políticos e os profissionais de ensino dos benefícios e das boas práticas contidos na aprendizagem colaborativa.

*As ferramentas digitais podem permitir que as pessoas envolvidas na Formação inicial dos docentes partilhem experiências, abordagens e resultados.*

## Governança

A Formação inicial dos docentes é um campo complexo que envolve um número cada vez maior de partes interessadas e, em alguns países, diferentes níveis de governo. O sistema de Formação inicial dos docentes é definido pelo seu enquadramento institucional, o qual define o grau de autonomia dos fornecedores e em que medida está sujeito à influência governamental. O papel das partes interessadas nestas atividades difere de país para país, sendo evidente que o processo de governança precisa de considerar as diferenças entre as partes interessadas. No entanto, independentemente de um sistema ser mais centralizado ou descentralizado, mais regulamentado ou desregulamentado, pode ainda assim ser colaborativo.

*Envolver diferentes partes interessadas para a criação de sistemas mais sólidos*

- O envolvimento de diferentes partes interessadas no processo de elaboração de políticas, respeitando a autonomia de cada parceiro, conduz a sistemas de FID mais sólidos, baseados na governança colaborativa.

*Pode incluir reformas que aproximem a coordenação nacional e local da Formação inicial dos docentes, agrupem polos a nível regional ou ajudem as instituições a trabalhar em conjunto para o desenvolvimento de programas curriculares e exames finais.*

*Desenvolver metodologias para melhorar a*

- Na elaboração da regulamentação, devem considerar-se as perspetivas e as preocupações das diferentes partes interessadas através de um processo

regulamentação

colaborativo. As diferentes metodologias podem ajudar a chegar a um consenso em matéria do que deve ser regulamentado pela legislação formal e do que pode ser regulamentado ao nível dos grupos de partes interessadas ou das instituições individuais.

*Isto pode conseguir-se com a ajuda de um organismo independente e/ou de conferências regionais.*

Atribuir  
financiamento  
especial para a  
colaboração

- A fim de dar resposta à evolução das necessidades e exigências das políticas específicas da Formação inicial dos docentes, a formulação de regimes de recompensas e incentivos pode ajudar à promoção da colaboração.

*As medidas específicas podem incluir recompensar os fornecedores de FID por programas de estudo de elevada qualidade ou providenciar um orçamento de apoio à colaboração em rede entre os mesmos.*

Manter a elevada  
qualidade através  
de critérios de  
seleção de docentes  
e de quadros de  
competências

- De forma a manter a elevada qualidade da profissão docente impulsionada pelo desenvolvimento contínuo, é importante que os quadros de competências que abrangem todo o percurso da profissão utilizem estruturas semelhantes e uma linguagem comum, utilizadas e reconhecidas por todas as partes interessadas.

*Pode incluir, por exemplo, medidas destinadas a associar ou a integrar quadros de competências académicas e profissionais ou destinadas a criar quadros semelhantes para os formadores de docentes.*

Consistência das  
metodologias e dos  
parâmetros de  
referência de forma  
a obter a garantia  
de qualidade eficaz  
da FID

- Para uma garantia de qualidade eficaz e um acompanhamento do desempenho da FID, os decisores políticos devem verificar se existe consistência entre os objetivos, os processos e a avaliação dos programas. Todos os níveis de governação devem apoiar a utilização de metodologias, critérios, indicadores e parâmetros de referência comuns e reconhecer os mecanismos de coordenação para melhorar o acompanhamento e a avaliação da Formação inicial dos docentes.

*As medidas podem incluir inquéritos à força de trabalho docente realizados conjuntamente pelas partes interessadas, o diálogo entre os setores da educação e do emprego, a criação de comissões de acompanhamento ou a acreditação conjunta, profissional e académica dos programas de FID.*

Promover a  
governança  
colaborativa com  
base no diálogo e no  
consenso

- Todas as partes interessadas – governos, fornecedores de FID, dirigentes escolares e docentes – devem partilhar o mesmo objetivo de obtenção da elevada qualidade na Formação inicial dos docentes através da governança colaborativa.

*Isto pode conseguir-se pela criação de fóruns regulares (formais ou informais) para o diálogo, pela*

*criação de organismos independentes de regulamentação da profissão docente e pela supervisão da cooperação.*

*Responsabilidade partilhada para manter a governação eficaz do sistema de ensino*

- A governação colaborativa da Formação inicial dos docentes enfrenta desafios nos sistemas descentralizados. A governação só será bem-sucedida se os ministérios e todas as outras partes interessadas partilharem a responsabilidade pelas decisões e ações e pela consolidação das medidas com vista a converter as políticas em prática. O reforço das capacidades de cada parte interessada irá ajudá-las a reforçar a sua capacidade e vontade de assumir a responsabilidade pela Formação inicial dos docentes de um modo que ultrapasse as perspetivas locais, institucionais ou individuais e se concentre no sistema como um todo.

*Isto pode, por exemplo, ser abordado por meio de contributos de especialistas em educação independentes ou da criação de grupos de políticas temáticas provenientes das principais partes interessadas.*

#### **4. Elaboração do Guia**

O Guia apresenta as conclusões do Grupo de trabalho para as políticas escolares ET 2020 (2014-15) da União Europeia sobre a sua temática prioritária: a Formação inicial dos docentes<sup>2</sup>. O objetivo deste Grupo de trabalho consistia em ajudar os países a melhorar o ensino escolar através do desenvolvimento de políticas avançadas, da aprendizagem mútua e da identificação de boas práticas. Mediante debates e diferentes formas de aprendizagem entre pares (reuniões trimestrais, seminários de alcance nacional aprofundado, questionários, análises da literatura de investigação), o Grupo de trabalho reuniu indícios de práticas e reformas de políticas de sucesso relativamente à Formação inicial dos docentes.

O Guia principal resume as conclusões sobre três temas – o Processo contínuo da profissão docente, a Aprendizagem colaborativa e a Governação –, combinando um debate sobre os conceitos fundamentais com uma análise das medidas das políticas recentes em toda a Europa, indicando exemplos recentes de medidas de apoio à mudança e concluindo com as medidas das políticas sugeridas.

A Comissão gostaria de agradecer aos intervenientes de todos os membros dos Grupos de trabalho, em especial a Liesbeth Hens, a Hans Laugesen, ao Prof. Marco Snoek, à Dr.<sup>a</sup> Csilla Stéger e à Dr.<sup>a</sup> Daniela Worek. Além disso, gostaria de agradecer à Dr.<sup>a</sup> Francesca Caena, consultora de investigação do grupo, bem como ao Dr. Gill Whitting, pela edição do texto e à Prof.<sup>a</sup> Kay Livingston, pela revisão do guia como «crítica amigável».

---

<sup>2</sup> O Grupo de trabalho para as políticas escolares ET 2020 foi um dos seis Grupos de trabalho, no âmbito do Método aberto de coordenação na área da educação e formação de 2014/15, que reuniu a atenção de especialistas sobre duas temáticas prioritárias (o Abandono escolar precoce e a Formação inicial dos docentes). Para mais informações, consultar [http://ec.europa.eu/education/policy/strategic-framework/expert-groups\\_en.htm](http://ec.europa.eu/education/policy/strategic-framework/expert-groups_en.htm)

